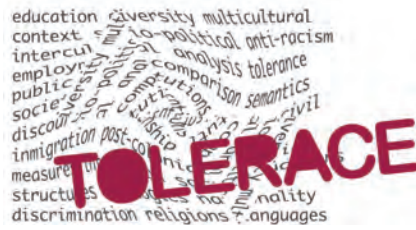


Compreender as lógicas do racismo na Europa contemporânea

Projeto de investigação **TOLERACE**
Brochura com principais resultados
e recomendações



Informação sobre o projeto



FINANCIAMENTO



GESTORA DE PROJETOS
DA COMISSÃO EUROPEIA

COORDENAÇÃO

DURAÇÃO

INVESTIGADOR PRINCIPAL

COORDENADORA EXECUTIVA

PÁGINA NA INTERNET

CONSÓRCIO



Sétimo Programa-Quadro da UE

Investigação colaborativa: projeto de investigação orientada de pequena ou média escala

Louisa Anastopoulou

Centro de Estudos Sociais • Universidade de Coimbra

Colégio de S. Jerónimo • Apartado 3087

3000-990 Coimbra, Portugal • T.: +351 239 855 570 F.: +351 239 855 589

1 março 2010 > 28 fevereiro 2013 | 36 meses

Boaventura de Sousa Santos bsantos@ces.uc.pt

Silvia Rodríguez Maeso srodrig@ces.uc.pt

www.ces.uc.pt/projectos/TOLERACE



Centro de Estudos Sociais

Universidade de Coimbra

Boaventura de Sousa Santos

PORTUGAL



Det Nationale Forskningscenter for Velfærd

Tina Gundrun Jensen

DINAMARCA



Europa-Universität Viadrina

Frank Peter

ALEMANHA

Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva

Universidad del País Vasco

Gabriel Gatti

ESPANHA



Grupo para el Estudio de las Identidades Socioculturales en Andalucía

Universidad de Sevilla

Ángeles Castaño

ESPANHA



Centre for Ethnicity and Racism Studies

University of Leeds

Salman Sayyid

REINO UNIDO

As opiniões expressas durante a execução do projeto **TOLERACE**, qualquer que seja a forma ou o meio de comunicação utilizado, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. A União Europeia não é responsável por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas.



O racismo precisa do silêncio: quebra o silêncio -

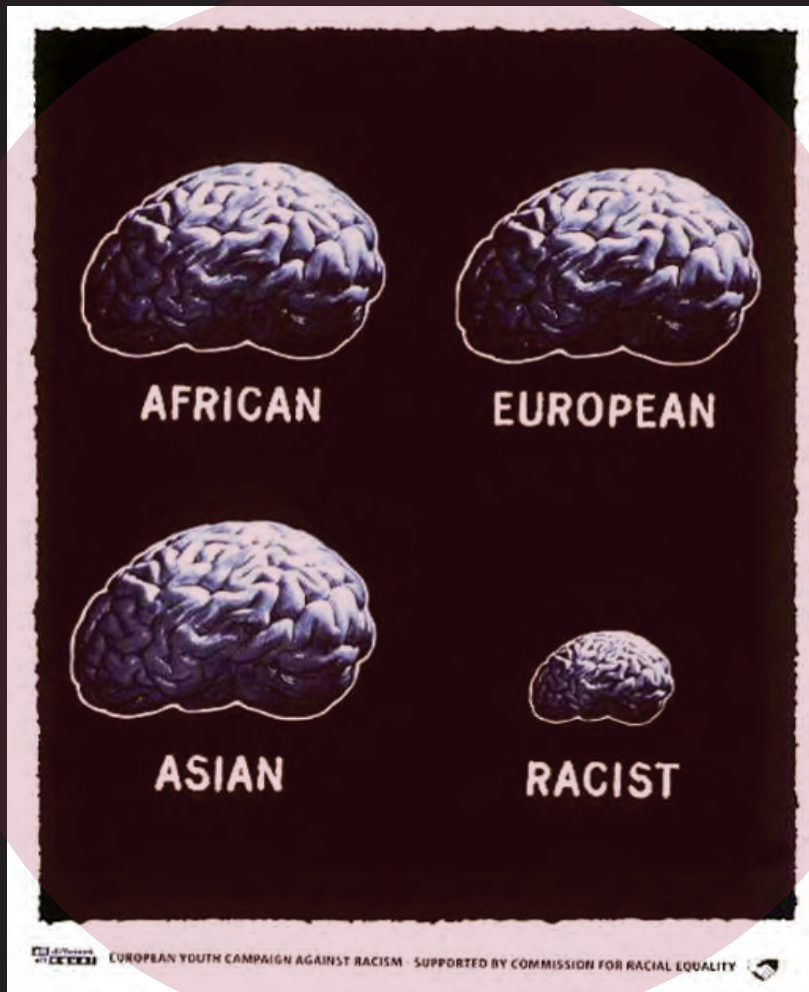
Manifestação contra a violência policial racista, em Dessau, Alemanha (25 de fevereiro de 2012), após a morte de Oury Jalloh, que estava sob custódia policial. © Theo Schneider



Índice

- I. **Contexto político e acadêmico**
Pano de fundo do projeto
TOLERACE: uma análise comparativa e contextualizada
- II. **Questões fundamentais para a compreensão do racismo nas democracias europeias contemporâneas**
A necessidade de reconhecer as raízes históricas do racismo
Racismo institucional e políticas de integração:
a marginalização do antirracismo
- III. **Questões e resultados principais no emprego**
As limitações do foco na *empregabilidade*
Uma representação negativa do antirracismo
Racismo antirroma e islamofobia
Políticas de imigração e normalização
- IV. **Questões e resultados principais na educação**
A negligência do racismo institucionalizado
A escola e as lógicas do racismo
A legitimação das atuais estruturas, arranjos institucionais e práticas escolares
As limitações da educação multicultural e intercultural
- V. **Monitorização da imprensa: principais resultados**
O silenciamento do racismo
A representação dos muçulmanos como ameaça para as democracias europeias
Os roma/ciganos enquanto vítimas de (auto)exclusão
- VI. **Recomendações**

Anexo metodológico



A despolitização do racismo em campanhas de sensibilização antirracista: o racismo como ignorância - 'Cérebro racista', uma Campanha da Juventude Europeia Contra o Racismo apoiada pela Comissão para a Igualdade Racial e desenvolvida pela Saatchi & Saatchi Londres, Reino Unido (1996).

I

Contexto político e académico

O projeto de investigação **TOLERACE** (março de 2010 a fevereiro de 2013) - financiado no âmbito do 7º Programa-Quadro da UE - teve por objetivo conseguir uma melhor compreensão do racismo institucional, isto é, das formas através das quais o **racismo - profundamente enraizado na história das democracias europeias e nas estruturas socioeconómicas e políticas existentes - ainda persiste**, apesar de um aparente compromisso político para o erradicar. Por conseguinte, o foco do projeto incidiu sobre os significados de racismo e antirracismo em diferentes contextos europeus (**Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Portugal e Reino Unido**), explorando a forma como estas ideias estão a ser moldadas pela mediação de organizações da sociedade civil, instituições e políticas públicas (a nível europeu, nacional, regional e local).

A proposta apresentada no projeto **TOLERACE** é que **a persistência da discriminação racial na Europa precisa de ser encarada como estando intimamente relacionada com interpretações inadequadas de racismo e antirracismo e, consequentemente, com soluções políticas ineficazes.**

Pano de fundo do projeto

Desde o início da primeira década do século XXI, houve avanços importantes na implementação e generalização de um quadro legal antirracista no seio da União Europeia, designadamente através da adoção da **Diretiva relativa à igualdade racial** (2000/43/CE) e da **Diretiva para a igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional** (2000/78/CE) - as iniciativas mais abrangentes até à data. Apesar disso, agências europeias de monitorização como a *Agência dos Direitos Fundamentais* (FRA) e a *Rede Europeia Contra o Racismo* (ENAR) produziram indícios significativos sobre a ineficácia das medidas existentes na luta contra o racismo e a discriminação racial. Os relatórios oficiais tendem a confirmar que as políticas nem sempre refletem a amplitude do problema, não desafiando substancialmente as desigualdades existentes.

Este foi um ponto de partida crucial para o projeto **TOLERACE**.

Relatórios recentes sobre a persistência do racismo na Europa

Agência dos Direitos Fundamentais

A discriminação em razão da etnia e da 'raça' faz parte da realidade social; no entanto, há necessidade de muita mais investigação - especialmente transnacional e longitudinal - para aumentar a sensibilização para o fenómeno da discriminação em matéria de emprego e para o compreender e combater de uma forma abrangente (*Migrants, minorities and employment, Exclusion and discrimination in the 27 Member States of the European Union*, 2011, p. 79)

Revista do Direito Europeu Relativo à Não-discriminação

As definições e os conceitos utilizados na diretiva sobre a igualdade racial refletem em grande parte a experiência de combate à discriminação e da implementação da igualdade de tratamento no âmbito da legislação relativa à igualdade entre os sexos. No entanto, em contraste com a profusão de decisões sobre questões de desigualdade entre os sexos, as decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia que discutem as duas diretivas antidiscriminação são marginais (*European Anti-Discrimination Law Review*, n.º 1212, 2011, p. 11)

Rede Europeia Contra o Racismo

Ao longo do ano, o racismo e a discriminação racial continuou a afetar a vida das minorias étnicas e religiosas em toda a UE. Em graus variados e sob diferentes formas, a discriminação teve um impacto negativo nas oportunidades disponíveis para as minorias étnicas, provocando exclusão e dificultando a integração. As manifestações de racismo e de discriminação racial e religiosa vieram de vários atores individuais e de grupo, do mercado aos funcionários do Estado (*ENAR Shadow Report 2009-2010: Racism in Europe*, p. 4)

TOLERACE

Uma análise comparativa e contextualizada

Dialogando com os discursos europeus mais abrangentes sobre racismo e antirracismo dos órgãos institucionais que operam nesta área (por exemplo, a *Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância* ou a *Agência dos Direitos Fundamentais*), o projeto **TOLERACE** desenvolveu uma análise comparativa de sete **contextos nacionais: Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Portugal e Reino Unido**. No caso da Espanha - mais visivelmente marcada pela elaboração e implementação de políticas regionalizadas -, foram consideradas duas **configurações regionais: Andaluzia e País Basco**. Enquanto para o estudo de políticas e iniciativas públicas se favoreceu o nível nacional/regional de análise, o projeto **TOLERACE** também procedeu a uma análise comparativa de casos locais com o intuito de conseguir uma melhor compreensão das estruturas, processos e práticas racistas rotineiras.

Na investigação, combinou-se uma abordagem histórica para compreender o racismo e a sua relevância na formação dos Estados-nação europeus com uma visão micro centrada **nos desenvolvimentos e intervenções políticas atuais dos agentes mediadores em dois sectores-chave - emprego e educação**. Também se considerou o papel dos média na reprodução e no questionamento do racismo. A análise teve por objetivo **explorar os regimes de negação do racismo** no funcionamento quotidiano dos organismos públicos e das organizações da sociedade civil.

A seleção de casos nacionais/regionais

Os contextos europeus analisados no projecto **TOLERACE** constituem um conjunto de amostras variadas, permitindo abordar uma diversidade de processos históricos, políticos e sociais, nomeadamente:

- 1) **Processos históricos:** colonialismo e formação da nação e do Estado; movimentos migratórios e populacionais;
- 2) **Legados do colonialismo:** imaginários nacionais sobre 'raça';
- 3) **Tradições políticas:** debates públicos sobre o racismo e lutas antirracistas;
- 4) **Políticas e iniciativas:** gestão da diversidade e o combate contra o racismo (incluindo o racismo no emprego, na educação e nos média);
- 5) **Debates públicos** sobre populações específicas (por exemplo, islamofobia, racismo contra os roma/ciganos e contra os negros) e a utilização política de determinadas categorias (como 'imigrantes' e 'minorias étnicas').

Utilizou-se uma **estratégia analítica comparativa** tripla:

- 1) **Análise crítica das políticas e iniciativas públicas e dos discursos antirracistas** a nível europeu e nacional/regional, considerando tradições políticas multiculturais e interculturais mais amplas;
- 2) **Estudo empírico de casos locais**, incidindo sobre a forma como as medidas de integração social nas esferas da educação e do emprego são concebidas, institucionalizadas e regulamentadas a nível nacional e regional;
- 3) **Análise do papel dos média** na denúncia e/ou reprodução do racismo.



II

Questões fundamentais para a compreensão do racismo nas democracias europeias contemporâneas

A necessidade de reconhecer as raízes históricas do racismo

No projeto **TOLERACE** considera-se que a persistência do conceito de racismo como preconceito individual, muitas vezes envolvendo atitudes hostis em relação à ‘presença’ de imigrantes e minorias, resulta da negligência da história profundamente enraizada do racismo nas sociedades europeias e nas instituições políticas. Esta **evasão da história** tem moldado a investigação académica e as iniciativas políticas dominantes, principalmente desde a década de 40 do século XX, como é evidente nas influentes quatro *Declarações sobre a Raça* (1950-1967) patrocinadas pela UNESCO - um projeto que envolveu prestigiados académicos de diferentes disciplinas.

Generalização de um entendimento dominante de 'raça' e de racismo nas sociedades modernas: as publicações influentes da UNESCO

QUATRO DECLARAÇÕES SOBRE RAÇA

Declaração sobre a raça (1950)

Declaração sobre a natureza da raça e das diferenças raciais (1951)

Propostas sobre os aspetos biológicos da raça (1964)

Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais (1967)

OUTRAS PUBLICAÇÕES RELEVANTES

Raça, Preconceito e Educação,

por Harold Cyril Bibby (1959)

Aspetos sociais da questão racial,

por Michael Banton (1967)

A agenda política emergente para a erradicação do racismo - generalizada nas décadas de 50 e 60 do século passado - tinha por objetivo responder à crise do Ocidente e da Europa no rescaldo de duas guerras devastadoras, do reconhecimento do Holocausto, do triunfo iminente das lutas políticas anticoloniais e dos projetos de libertação nacional. No entanto, a chamada 'questão racial', ou o 'problema das relações raciais', foi muitas vezes enquadrada como **uma questão que se restringia a doutrinas e ideias erradas ou extremistas sobre a inferioridade de certos povos com base na ideia de 'raça'**. Esta abordagem política e académica tem tido um impacto duradouro nos conceitos atuais de 'raça', racismo e antirracismo. No projeto **TOLERACE**, destaca-se o seguinte:

► Os debates sobre o racismo têm tendência a omitir o facto de que este fenómeno está incrustado na história da Europa e, em particular, não têm em conta a estreita relação entre a formação dos Estados-nação e o empreendimento colonial. Uma consequência contemporânea desta omissão é a **ênfase na necessidade de sublinhar os ‘aspetos’ e os ‘efeitos positivos’ do colonialismo ou as diversas histórias nacionais de ‘colonialismo benevolente’**, que geralmente informa as atuais intervenções políticas (por exemplo, a ideia de que certas sociedades nacionais são mais acolhedoras do que outras em relação a diferentes culturas), como o exemplo seguinte ilustra:

PORTUGAL O legado das ideias sobre o ‘colonialismo benevolente’ e os valores/culturas nacionais nas políticas de integração contemporâneas

Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas (1914)

Os portugueses são, de todos os colonizadores, os que melhor e mais facilmente trazem ao seu domínio os povos africanos, pois que não temos o preconceito exagerado da separação de raças e somos levados, pelo nosso modo de ser, a tratar o indígena com tolerância e bondade, respeitando-lhes os usos e instituições, tanto quanto possível (apud Meneses, Maria Paula ‘O ‘Indígena’ africano e o colono ‘Europeu’: a construção da diferença por processos legais’, e-cadernos ces, 7, 2010, p. 76)

Criação do ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (2002)

A integração dos imigrantes na sociedade portuguesa constitui uma das metas enunciadas no Programa do XV Governo Constitucional, inserida no plano mais vasto de uma política para a imigração que não pode deixar de privilegiar os valores humanistas, que são verdadeiramente identificadores da cultura portuguesa (Presidência do Conselho de Ministros: Decreto-Lei 251/2002, 22 de novembro)

► O foco no racismo como se este simplesmente equivallesse às representações preconceituosas de imigrantes, minorias e culturas não Ocidentais ou não europeias tem impedido uma compreensão mais profunda deste fenómeno que **permita reconhecer o papel central da noção de ‘raça’ nas ideias sobre o que significa ser europeu - dificultando assim a possibilidade de construir sociedades mais igualitárias e mais justas**. Embora dominante, a abordagem ao racismo como se se tratasse de uma questão de preconceito escamoteou as raízes históricas de determinadas noções, tais como a ideia dos imigrantes e das minorias como ‘não assimiláveis’ e ‘relutantes à integração’. Estas noções estão associadas às **ideias vulgarizadas das minorias como ‘ameaça à identidade nacional e aos valores nacionais fundamentais’**:

DINAMARCA Antecedentes históricos dos discursos sobre as ‘minorias problemáticas’

Editorial no jornal *Politiken* (1913)

Lentamente, as diversas autoridades e os habitantes da cidade [Copenhaga] começam a perceber que a imigração contínua de polacos e russos, especialmente de judeus polacos e russos, irá provocar sérias dificuldades ao município num futuro próximo. [...] Os elevados padrões do nosso país constituem uma honra para nós. No entanto, seria de lamentar se essas circunstâncias incentivassem as populações proletárias de outros países a invadir as nossas costas apenas porque temos acesso gratuito aos cuidados de saúde, à medicina, à educação e a muitos outros recursos materiais e espirituais... Eles [os imigrantes] são simplesmente muito pobres e em termos de cultura espiritual e física estão a uma grande distância de nós... Não têm capacidades nem desejo de assimilação: não querem saber de aprender dinamarquês... Naturalmente, devemos ser humanos e hospitaleiros. Mas há uma linha de separação de que a cidade não pode abrir mão. Nesta altura, a imigração polaca está a assumir tais proporções que a cidade não só não consegue absorver os imigrantes como em vez disso está a ser inundada por eles (apud Thing, Morten *De russiske jøder i København 1882-1943*. Copenhagen: Gyldendal, 2008, p. 47)

Ministério dos Refugiados, dos Emigrantes e dos Assuntos da Integração (2006)

[O objetivo da ‘Declaração sobre a integração e a cidadania ativa na sociedade dinamarquesa’ é] tornar os valores da sociedade dinamarquesa visíveis para cada estrangeiro individualmente considerado e para tornar o estrangeiro consciente do facto de que a expectativa da sociedade dinamarquesa é que o estrangeiro faça um esforço para se integrar como membro da sociedade, participando e contribuindo em pé de igualdade com os outros cidadãos (*Integrationskontrakten og erklæringen om integration og aktivt medborgerskab i det danske samfund. Informationsmateriale til kommunerne*, Ministério para os Refugiados, Imigrantes e Integração, 2006, p. 10)

► As abordagens científicas dominantes para combater o racismo têm enfatizado a narrativa da *possibilidade* de corrigir o racismo através da desmistificação dos preconceitos e atitudes enviesadas em relação às populações minorizadas. Isto tem tido dois efeitos principais: **i) a reprodução de uma ideia ingénuo sobre a relação entre a academia e a elaboração das políticas**, isto é, a ideia que considera que o trabalho de investigação proporciona evidência científica neutra para a tomada de decisões políticas; **ii) a exclusão de uma análise aprofundada da cumplicidade da academia no silenciamento do racismo como um processo histórico e político.**

► Finalmente, **na Europa**, os **debates** políticos e académicos dominantes **têm negligenciado a história duradoura de lutas políticas** (como dos movimentos antiescravidão e anticoloniais), assim como têm ignorado ativamente o **contributo de intelectuais ativistas antirracistas mais críticos.**

Racismo institucional e políticas de integração: a marginalização do antirracismo

No projeto **TOLERACE**, o racismo é considerado como um fenómeno político muito mais complexo do que a existência de ideias 'erradas' sobre as pessoas vistas como 'diferentes' e aponta para as raízes históricas e políticas da 'hostilidade' e dos 'medos' entretanto naturalizados. Assim, considera-se que é crucial conseguir uma melhor compreensão **dos modos através dos quais o racismo institucional - que vai para além dos atos e crenças dos indivíduos ou grupos específicos - dá forma aos conceitos quotidianos sobre questões políticas e o funcionamento dos organismos públicos.** O racismo institucional é, por isso, um conceito central que ajuda a considerar os preconceitos e as atitudes que se encontram na população 'maioritária' como representando a ponta do *iceberg*.

A **análise** efetuada no âmbito do **TOLERACE ao discurso político e à implementação de políticas públicas** - especificamente nas esferas do emprego e da educação - destaca a necessidade de se questionar criticamente os **pressupostos por trás dos discursos sobre integração, coesão social, interculturalidade e diferença cultural**. Estes discursos, comuns a todos os contextos analisados, dificultam a possibilidade de abordar o racismo como um problema social fundamental. Em vez disso, **deslocam constantemente o foco para as populações minorizadas e para as suas supostas 'deficiências'**. O projeto **TOLERACE** mostra que as políticas de integração que estão a ser implementadas na Europa assumem que: **i)** um problema fundamental que enfrentam as sociedades que passam por alterações demográficas é a incapacidade de assimilar populações entendidas como 'não modernas' e culturalmente 'inaptas'; **ii)** a incapacidade de *corrigir* o 'atraso cultural' das populações minorizadas explica a desigualdade no acesso a esferas fundamentais da vida, tais como o emprego ou a educação. Estes pressupostos são operacionalizados através de diferentes lógicas discursivas:

- ▶ Numa abordagem economicista à integração, as minorias são vistas como trabalhadores imigrantes *convidados* que têm de provar o seu contributo para a comunidade nacional e regional em que vivem, tendo que demonstrar constantemente que estão qualificados para reivindicar e usufruir dos direitos consagrados na legislação existente. Isto opera numa lógica que classifica as minorias de acordo com a distância presumida face aos valores e normas culturais e políticos europeus ou nacionais;
- ▶ As ideias de 'integração' e de 'coesão social' funcionam no pressuposto de que existe uma divisão nítida entre uma sociedade nacional unificada (a 'sociedade de acolhimento', não marcada etnicamente) e os vários grupos minoritários (eticamente marcados);
- ▶ O racismo só é reconhecido como estando associado a determinados 'acontecimentos' e 'ações' vistos como estando isolados do funcionamento geral da sociedade, ou banalizado como reações 'hostis' ao 'outro' *diferente* - que é obrigado a mostrar constantemente a sua 'vontade de se integrar';
- ▶ A 'integração' e a 'interculturalidade' são encaradas como abordagens positivas para a diversidade, enquanto o antirracismo é entendido como tendo um efeito negativo e polarizador, ameaçando a coesão social.

[O combate contra a discriminação racial] não tem tido uma atividade tão visível, mas é uma preocupação e daí a sensibilização da opinião pública. Contudo, e sejamos muito objectivos, em termos de política não é a melhor forma de agarrar as questões ligadas à integração. A melhor forma de agarrar as questões ligadas à integração é pelo lado positivo, não é pelo lado negativo daquilo que pode vir marcar mais o pior que nós encontramos no acolhimento e que também existe. Nós temos de ficar preocupados é de encontrar medidas de combate, mas não é isso que nós queremos destacar (Representante de um organismo público responsável pelo diálogo intercultural, Portugal)

- ▶ No contexto europeu, fortemente marcado por discursos sobre a tolerância e a liberdade de expressão, as denúncias de racismo são frequentemente vistas com desconfiança e o debate é reduzido a questões de objetividade e intencionalidade;
- ▶ A ineficácia das medidas antirracistas e antidiscriminação é normalmente discutida através de um discurso paternalista que considera as minorias como vítimas sem consciência dos seus direitos, ao mesmo tempo que negligencia as suas experiências resultantes das respostas inadequadas dos organismos públicos;
- ▶ A prevalência atual de uma abordagem abrangente dos direitos humanos na Europa tem tendência a agrupar todas as formas de discriminação (por exemplo, com base na 'raça', sexo, sexualidade, idade, deficiência, entre outros), descartando as especificidades históricas do racismo e das lutas antirracistas no contexto da escravatura, do imperialismo e do colonialismo.

A principal consequência dos argumentos enumerados acima é a **marginalização das medidas e abordagens antirracistas no âmbito da elaboração das políticas públicas**. A análise efetuada no **TOLERACE** ilustra este processo nas esferas do emprego e da educação, tendo em conta as suas consequências na reprodução das desigualdades estruturais existentes e nas práticas discriminatórias rotineiras.



As lutas políticas dos imigrantes: antirracismo e direitos laborais - Cartaz da *Confederação Francesa Democrática do Trabalho*, na década de 70 do século XX. Foto tirada no *Museu Nacional de História e Culturas da Imigração*, Paris, França (2011).

© TOLERACE

III

Questões e resultados principais no emprego

A investigação levada a cabo no projeto **TOLERACE** incidiu na análise da forma como as políticas e organismos públicos, assim como as organizações sociais, estão a enquadrar e a abordar o racismo e a discriminação na esfera do emprego. O trabalho empírico explorou um ou dois casos paradigmáticos em cada contexto nacional e regional. **Os casos escolhidos referem-se a populações consideradas vulneráveis à discriminação racial ou a situações e geografias que foram objeto de intervenção política, de discursos políticos e da atenção mediática.** O objetivo foi o de analisar a forma como as políticas e organismos públicos, bem como os agentes mediadores (como as autoridades locais, assistentes sociais e comunitários e representantes sindicais), estão a enquadrar e a abordar as questões da discriminação e do racismo na esfera do emprego.

No projeto **TOLERACE**, identificaram-se duas questões problemáticas principais que são transversais a todos os casos e contextos analisados: i) **ideias centrais como a 'empregabilidade', 'competências sociais' e 'vulnerabilidade'** estão a **deslocar o debate sobre o racismo** no mercado e no local de trabalho **para a necessidade de auxiliar e de corrigir o que são encaradas como as 'deficiências' das populações minorizadas, dificultando** a possibilidade de competição pelo emprego em pé de igualdade; ii) a **negligência do racismo institucional** e a visão negativa das lutas antirracistas adotada pelas políticas e pelos decisores a nível nacional e regional, incluindo os agentes mediadores a nível local, está a abrir caminho para a **negação da necessidade de mudanças estruturais e para a inexistência ou marginalização das políticas antirracistas.**

As limitações do foco na empregabilidade

► **As políticas atuais de integração e de inclusão enquadram o problema como se estivesse relacionado com as ‘características’ das populações minorizadas, negligenciando a discussão do racismo institucional.** A investigação do **TOLERACE** mostra que os agentes responsáveis pela implementação de políticas (por exemplo, autoridades locais, membros de ONG, funcionários públicos locais) tendem a encarar o seu trabalho como tendo por objetivo ‘corrigir’ o que consideram ser os *défices* que condicionam a integração das minorias e imigrantes no mercado de trabalho (por exemplo, práticas culturais ‘atrasadas’, ‘passividade’, ‘expectativas irrealistas’). Por conseguinte, as discussões sobre o racismo e as abordagens antirracistas tornam-se secundárias ou mesmo irrelevantes.

► **O foco na empregabilidade**, isto é, em ideias como a ‘ativação de competências sociais’ e a ‘capacitação’ das chamadas ‘populações vulneráveis’, **transforma as medidas antidiscriminação numa questão de assistência social.**

As associações usam as crianças como álibi. Está a ver, as crianças provocam compaixão e as associações sabem disso. [...] as associações têm feito mais mal do que bem e não ajudaram muito os ciganos. Está a perceber? Já começou a ver e a tomar consciência de como funciona aqui o sistema e de como é grande o interesse em apoiar a questão dos ciganos (Ativista e mediador cultural, Itália)

► **O enfraquecimento das políticas e da legislação antirracista no âmbito de uma forte retórica de ‘respeito cultural’.** O combate às estruturas e práticas racistas no recrutamento e na formação profissional é substituído por uma forte retórica sobre a necessidade de respeitar a diferença, a diversidade e a identidade culturais. Este discurso serve para legitimar o racismo como sendo a ‘inclusão malsucedida’ de imigrantes e minorias no mercado de trabalho e a sua ‘incapacidade’ para viver entre ‘nós’. Assim sendo, conceber a sua ‘presença’ como simples trabalhadores convidados - que se espera serem temporários - é visto como menos problemático, uma vez que não representam uma ‘ameaça’ para a suposta homogeneidade original da população ‘autóctone’ e para as instituições que se baseiam nesse pressuposto.

Uma representação negativa do antirracismo

► No projeto **TOLERACE**, verificou-se que a maioria dos agentes mediadores na área do emprego reconhece a *ocorrência* de preconceitos e atitudes negativas que podem afetar as relações sociais no local de trabalho ou nos processos de recrutamento. No entanto, o racismo não é examinado como um problema estrutural e os **organismos públicos não investem numa monitorização sistemática da discriminação racial e como esta afeta as oportunidades de vida dos imigrantes e das minorias.**

► O **legalismo** é uma abordagem política comum, utilizada em particular pelas autoridades públicas que preferem enfatizar que as leis existentes não são discriminatórias e que a discriminação étnica e racial constitui uma infração ou crime (por exemplo, nas constituições, no código do trabalho ou nos códigos penais). Por conseguinte, o antirracismo não se qualifica como uma estratégia política específica. As autoridades públicas têm tendência a encarar as abordagens antirracistas como potencialmente ‘desestabilizadoras’ e, ao fim e ao cabo, desnecessárias.

► A representação negativa das políticas, movimentos e lutas antirracistas também está relacionada com as representações dominantes dos imigrantes e das minorias como problemáticos no mercado de trabalho, ou seja, ‘demasiado sensíveis’ - sobrevalorizando o racismo - ou ‘relutantes à integração’, num horizonte de assimilação (im) possível. Além disso, as intervenções políticas prevaletentes salientam que a principal barreira à igualdade é a ‘falta de conhecimento’ dos imigrantes e das minorias em relação aos códigos culturais e sociais no mercado de trabalho (nacional).

► Todos os estudos de caso examinados no âmbito do **TOLERACE** apontam para **uma compreensão do racismo como o problema da existência de pessoas racistas** (seja por ilusão ou ignorância). Isto significa que as intervenções políticas estão direcionadas para a reforma dos indivíduos e não para a transformação social e política.

► Os decisores políticos e os funcionários públicos locais, bem como os profissionais das ONG, interpretam frequentemente a discriminação como algo que é autoinfligido e têm tendência a ignorar as denúncias de racismo.

Casos de estudo

Os casos específicos que foram analisados revelam os argumentos atrás mencionados no âmbito do enquadramento e implementação das políticas públicas, resultando no não reconhecimento do racismo institucionalizado e na reprodução da discriminação no mercado e no local de trabalho. **A investigação empírica realizada em Berlim (Alemanha), Copenhaga (Dinamarca), El Ejido - província de Almeria, Andaluzia (Espanha), Sevilha, Andaluzia (Espanha), comarca de Rioja Alavesa - província de Álava, País Basco (Espanha), Paris (França), Roma (Itália), Coimbra (Portugal), Leeds (Reino Unido) e Leicester (Reino Unido)** ilustra a forma como o **racismo está a ser naturalizado** através da ênfase nas supostas 'deficiências' dos imigrantes e das minorias - descritos como problemáticos - e **banalizado** em virtude do seu entendimento como reações de populações minorizadas 'demasiado sensíveis'.

Racismo antirroma e islamofobia

(estudos de caso na Alemanha, Dinamarca, Itália, Portugal e Reino Unido)

- Os agentes mediadores na área do emprego que implementam as políticas de integração destinadas aos roma/ciganos e aos muçulmanos consideram a discriminação racial como rara e excecional. Estratégias antirracistas específicas no setor do emprego são geralmente consideradas supérfluas.
- Os muçulmanos e os roma/ciganos são identificados como populações problemáticas 'relutantes' à integração na sociedade *nacional*, naturalizando, assim, a assimilação como pré-requisito para a igualdade.

O que é mais importante, usar um véu ou ter um emprego? É uma pergunta muito difícil, porque é muito profunda. Pode fazer-se a pergunta ao contrário: Bem, o que é que aconteceria se eu estivesse à procura de um emprego num país árabe, e se além do mais fosse mulher? Será que poderia andar de calções e com o cabelo solto ou será que se esperaria de mim que me adaptasse? (Representante do Instituto para a Investigação do Mercado de Trabalho e do Emprego, Alemanha)

► Na ausência de uma discussão sólida sobre o impacto do racismo na sociedade, as ideias sobre ‘diferença cultural’ e ‘religiosidade’ reproduzem a construção discursiva destes grupos como ‘atrasados’ e ‘relutantes à integração’ e, ao mesmo tempo, como *ameaças* à ‘coesão social’.

Vou contar-lhe uma pequena história passada nos meus primeiros dias de trabalho. Um dos principais prestadores de serviços públicos (...) ligou-nos para pedir aconselhamento por causa de um candidato muçulmano para trabalhar no atendimento telefónico [*call centre*], a quem eles não queriam dar o lugar por ser muçulmano. Como poderia eu aconselhá-los a fazer isso e ainda assim ficar no lado certo da lei? Eles perguntaram: ‘Devemos admitir esta pessoa e no final do período de estágio dizer-lhe que não se adaptou?’ E eu perguntei: ‘Qual é o vosso problema com essa pessoa? Está ou não preparada para o trabalho?’ E a pessoa que chefiava os Recursos Humanos disse: ‘Imagine que de vez em quando tem uma situação em que, devido a doença ou por não ser possível substituir alguém que falta, só há uma pessoa no atendimento das chamadas de emergência. O que é que aconteceria se essa pessoa fosse o candidato muçulmano e fosse a única pessoa nesse turno e alguém telefonasse na altura em que essa pessoa estivesse a fazer as suas orações e por isso não atendesse a chamada?’ Acho que o meu primeiro pensamento foi ‘Pode repetir, por favor?’ Quer dizer que pensaram que essa pessoa iria estender o seu tapete de oração no local de trabalho e que estaria a fazer uma das suas cinco orações do dia e nessa altura viria uma chamada de alguém com a casa em chamas ou que tinha tido um acidente de viação e que a pessoa não iria responder porque estaria a rezar as suas orações nesse momento e acharam que por causa disso se iriam perder vidas e eles seriam apontados por terem contratado um muçulmano para este trabalho. [Mas se não o contratassem] a instituição seria atacada por terem pensado que o mais fácil seria não contratar qualquer muçulmano para o serviço de atendimento. (representante do Conselho das Religiões de Leicester, Reino Unido)

► Os agentes mediadores na área do emprego ocasionalmente reconhecem a ocorrência de discriminação, mas a responsabilidade é normalmente deslocada para as populações minorizadas, uma vez que são vistas como ‘demasiado sensíveis’ e, por isso, as denúncias de racismo são encaradas com desconfiança. Os organismos públicos e as organizações sociais não são responsabilizados e os enquadramentos das políticas raramente são questionados. A presumida falta de conhecimento por parte dos grupos minoritários dos ‘códigos culturais nacionais’ no mercado de trabalho e a ausência de educação e de competências formais são vistas como as principais barreiras ao acesso ao mercado de trabalho.

[Viver situações de discriminação] faz com que as pessoas se abstenham de participar na sociedade em igualdade de condições com os outros porque [os imigrantes e as minorias] sentem que as pessoas assumem que eles não têm as mesmas possibilidades. Isto tem muito que ver com sentimentos, e há muitas pessoas que sentem que a discriminação é a razão pela qual não têm emprego, mas as razões podem ser muitas outras (representante do Ministério da Integração, Dinamarca)

Eu acho que muitas vezes eles próprios [roma/ciganos] se auto discriminam demasiado. Isto é a minha opinião. Isto está sempre a acontecer, muitas vezes eles dizem: ‘Eles não me quiseram dar aquele emprego porque sou cigano’ - Mas disseram que não lhe ofereciam o emprego por ser cigano? - ‘Não, mas eu sei que é porque sou cigano’; Ou seja, eles próprios assumem que são diferentes e usam as suas diferenças para justificar algumas das dificuldades que têm na vida e em arranjar emprego, e também em lidar com a sua resistência à frustração, que é muito baixa (representante de ONG, implementação de políticas públicas no âmbito da empregabilidade, Portugal)

Políticas de imigração e normalização: intervenções relacionadas com a ‘ilegalidade’ e os ‘trabalhadores imigrantes de países terceiros’

(estudos de caso em França e Espanha - Andaluzia e País Basco)

► De forma geral, as políticas e os comentários políticos mais amplos estão a produzir um discurso ambivalente sobre os fluxos migratórios atuais e os seus impactos no mercado de trabalho, encarando-os como *problema* ou como *oportunidade*.

► A ‘**Imigração como oportunidade**’ considera o ‘trabalhador imigrante’ em termos de necessidades e benefícios para a economia nacional. Organismos públicos e organizações sociais produzem representações rotineiras que diferenciam entre o imigrante ‘bom/bem-vindo’ e o imigrante ‘problemático e potencial criminoso’ - uma distinção também reforçada por iniciativas políticas.

Devem ser adotadas boas práticas para garantir que os contratos no país de origem não servem de laboratório para ver quais os grupos ou nacionalidades que trabalham melhor e mais barato (técnico de um sindicato, Andaluzia, Espanha)

A criação [em França, em 2007] de um Ministério da Identidade Nacional e da Imigração [...] é o reflexo de um fenómeno mais profundo, a cristalização institucional de uma cultura política moldada por décadas de xenofobia elitista, nomeadamente tecnocrática, mas também política e até mesmo intelectual, que construíram a ideia de que a presença de estrangeiros é problemática por definição (Jérôme Valluy, *Xénophobie de gouvernement, nationalisme d'état*, 2008, p. 12)

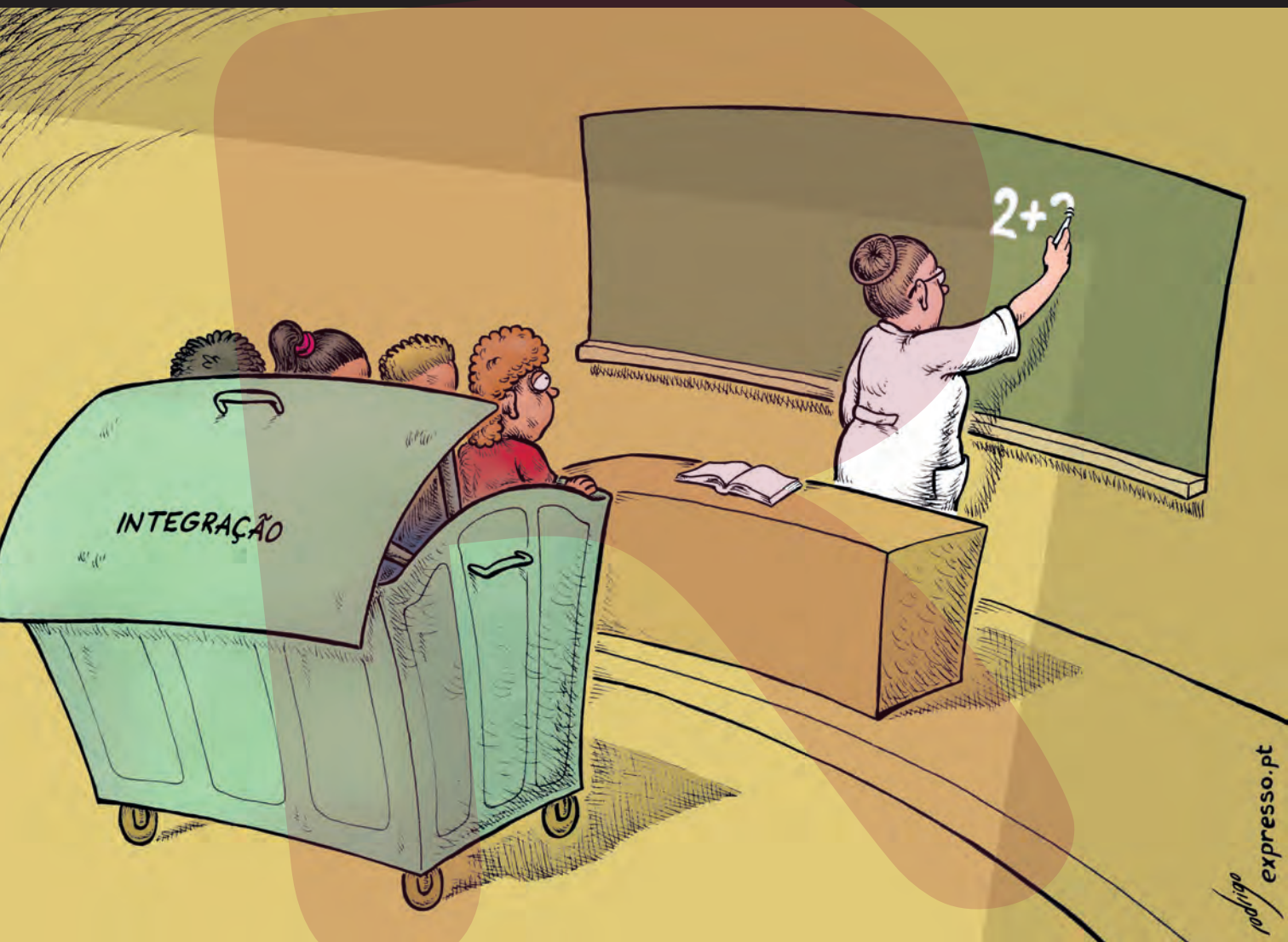
► A **'imigração como problema'** perpetua a ideia de que a chamada sociedade anfitriã não pode, natural e legitimamente, aceitar 'todos' os imigrantes.

► O 'imigrante', representado através de fases discricionárias e sucessivas chamadas gerações, está sob vigilância constante, principalmente depois de a 'integração na sociedade de acolhimento' parecer ou ter sido *alcançada*.

É um momento de crise económica, por isso deve haver expulsão, o 'culpado' deve ser procurado e o 'culpado' é o imigrante que chegou e nos tirou o nosso trabalho e que além disso se acomodou à vida no nosso país (ONG que trabalha na integração de imigrantes, País Basco, Espanha)

► As políticas relacionadas com os chamados 'cidadãos de países terceiros' amplificam a divisão europeu/não europeu que radica na ideia de que os não-europeus são 'incapazes' de viver de acordo com os padrões de identidade e de valores nacionais estabelecidos pelos europeus.

► O racismo é minimizado como uma reação natural à diferença, de alguma forma legitimada pelo 'contraste' percebido entre uma nação (homogénea e democrática) e os 'novos hábitos e costumes' trazidos para os países da Europa pelos imigrantes e que podem perturbar a forma como as instituições trabalham.



rodrigo
expresso.pt

A segregação escolar dos alunos roma/ciganos e o discurso da integração - Cartoon 'A escola da discriminação cigana', publicado no jornal *Expresso*, Portugal (2009).

© Rodrigo/Expresso

IV

Questões e resultados principais na educação

Na educação, a investigação do projeto **TOLERACE** incidiu sobre casos paradigmáticos que ilustram como as políticas e os organismos públicos (como instituições sob a tutela do Estado, autoridades regionais e locais, e escolas), bem como os agentes mediadores (por exemplo, professores, mediadores culturais, assistentes sociais e técnicos de desenvolvimento local) estão a enquadrar e a lidar com a diversidade cultural e as denúncias de discriminação racial, étnica e religiosa no ensino público obrigatório. **A investigação empírica foi realizada em Berlim (Alemanha), Copenhaga (Dinamarca), Bilbao (Espanha), El Ejido - província de Almeria, Andaluzia (Espanha), Sevilha (Espanha), Paris (França), Roma (Itália), Coimbra (Portugal), Leeds (Reino Unido) e Leicester (Reino Unido).**

A investigação do **TOLERACE** mostra que **o debate sobre o racismo está a ser desvalorizado com o argumento de que é potencialmente perturbador para o statu quo e só serve os interesses dos imigrantes e das minorias.** Neste contexto, o discurso culturalista sobre integração está a deslocar o foco para a 'celebração' acrítica da diferença, reproduzindo pressupostos que circulam de forma mais ampla. Isto reforça a ideia de que as populações minorizadas são problemáticas, ainda que tal não se trate apenas de uma questão de reproduzir preconceitos generalizados ou representações sociais tendenciosas. Estes estereótipos mantêm as categorias que continuamente marcam a *diferença* - reforçando a divisão 'nós'/eles. Embora a celebração das culturas possa ser uma forma positiva de enfrentar o racismo, a investigação levada a cabo no **TOLERACE** indica que as **iniciativas financiadas pelo Estado dirigidas para a educação multicultural e intercultural têm sido na sua maioria inconclusivas e inconsequentes, servindo apenas para legitimar as estruturas, arranjos institucionais e práticas escolares existentes.**

A negligência do racismo institucionalizado

► Nos diversos contextos estudados, **o debate sobre o racismo está a ser desvalorizado com o argumento de que é potencialmente perturbador para o statu quo e só serve os interesses dos imigrantes e das minorias**. Este ponto de vista está a contribuir para o não reconhecimento do racismo, especialmente nas suas formas institucionais, e impede que sejam implementadas medidas para combater eficazmente os seus efeitos duradouros.

► Uma análise do trabalho dos organismos de monitorização europeus revela **uma abordagem inadequada à lógica do racismo institucionalizado**, que resulta na reprodução de pressupostos problemáticos rotineiros (racismo como reações à *diferença*, decorrente de *preconceitos individuais*) e, por isso, em soluções ineficazes (*sensibilização do público* como forma de garantir a mudança).

A ECRI está especialmente preocupada em saber que as crianças ciganas enfrentam ocasionalmente reacções hostis dos pais de crianças não ciganas, que não desejam que as crianças ciganas sejam incluídas nas mesmas classes que os seus filhos. A ECRI nota, por exemplo, o incidente amplamente reportado na imprensa da transferência de cerca de dez crianças ciganas de uma escola em Teivas para uma escola em Rebordinho, no início do ano escolar de 2003. Esta transferência terá sido efectuada devido à pressão de pais não ciganos da antiga escola. Foram colocados cartazes na nova escola dizendo 'Não aos ciganos'. No entanto, os responsáveis da escola participaram o incidente à polícia e, segundo o ACIME, a polícia fez tudo para assegurar que as crianças ciganas pudessem frequentar a nova escola em boas condições. (Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância - ECRI, *Terceiro Relatório sobre Portugal 2007*, p. 30)

► Além disso, os organismos europeus na área do racismo não têm sido capazes de desenvolver os mecanismos necessários para o **acompanhamento sistemático a longo prazo das denúncias e das respostas dos Estados-Membros nacionais**. Nos casos que envolvem segregação escolar (por exemplo, em Portugal e Itália), verificou-se na investigação conduzida no âmbito do **TOLERACE** que a segregação inter e intraescola se manteve mesmo depois de terem sido feitas denúncias públicas e de ter sido anunciado um compromisso político para alterar essas situações.

A escola e as lógicas do racismo

► Os discursos públicos têm considerado com frequência a **educação como uma esfera crucial para a eliminação do preconceito**. Tal baseia-se na suposição de que a discriminação pode ser prevenida simplesmente desafiando as visões estereotipadas que prevalecem na sociedade sobre as populações minorizadas.

► Os estudos de caso revelam que **a própria existência da discriminação é muitas vezes subestimada e que o racismo não é considerado um problema suficientemente grave para ser combatido pelas escolas**. Assim sendo, estas instituições geralmente não estabelecem mecanismos para lidar com casos de discriminação racial, étnica ou religiosa.

Eu não acho que [a discriminação] seja um problema na nossa escola. Na verdade, acho que os alunos sentem da parte dos professores e dos colegas que nesta escola estamos todos juntos, que somos todos crianças ou adultos. Somos humanos e isso é que é importante (professor, Dinamarca)

► Além disso, os casos analisados revelam **a prevalência de percepções dos imigrantes e das minorias como défices culturais e educacionais**, sustentadas por políticas educativas, diretrizes e práticas escolares mais amplas. Frequentemente, a intervenção desloca-se das ocorrências de racismo para os próprios alunos minorizados e suas famílias, que têm de demonstrar constantemente a sua 'vontade de se integrarem'. Tornam-se, assim, alvos de uma maior vigilância:

Posso dizer-lhe o que qualquer pessoa lhe pode dizer sobre os ciganos - que se trata de uma cultura muito difícil de integrar no currículo escolar porque aqueles que eu conheço não dão qualquer importância à educação. Às vezes fazemos piadas e rimos, dizendo que 'eles não vão vir - alguns ciganos - porque a escola não tem refeitório' (membro de associação de pais, País Basco, Espanha)

O que acontece com alguma frequência é que os nossos associados [de uma organização muçulmana] são confrontados com discussões em torno das questões da proteção da Constituição ou com acusações de extremismo. [...] Isto começa na escola. Sabemos isso a partir dos casos em que os alunos tinham o nosso logotipo [institucional] nas caixas de lápis ou nos cadernos e foram questionados sobre isso pelos professores (representante de uma associação muçulmana, Alemanha)

► No Reino Unido, por exemplo, crianças muçulmanas com apenas cinco anos estão a ser alvo de medidas antiterroristas, ao abrigo da iniciativa ‘Evitar o extremismo violento’ (PREVENT).

► Estas percepções negativas sobre as populações minorizadas são partilhadas por professores e outros funcionários, estando na base da **classificação dos alunos em função de como é percebido o cumprimento das expectativas definidas pela escola, de acordo com a noção implícita do aluno europeu ‘ideal’**:

Os professores, obviamente... ganha-se experiência e estabelecem-se rankings. Ou seja, os imigrantes que progredem melhor e aqueles que estão mais bem integrados, aqueles que causam menos problemas ao professor... [É mais fácil com os latino-americanos] e entre eles, é mais fácil com as raparigas; com os rapazes há a questão dos gangues e a questão das coisas que estão a começar a aparecer em alguns lugares. Os alunos do Leste da Europa são os mais valorizados. [...] Porque aprendem espanhol, aprendem Euskera, aprendem inglês com facilidade. [...] Muitos deles têm bastantes qualificações e além disso têm... têm uma grande confiança no sistema escolar e estão altamente motivados. Por isso, progredem rapidamente e têm muito bons resultados de uma forma geral. Depois, há os latino-americanos, porque avançam muito bem na língua e assim por diante, e, é claro, os últimos são... ou os alunos chineses, que também são bem considerados, porque também são altamente disciplinados e muito bons; os últimos são obviamente os magrebinos e os africanos (representante do Conselho Escolar Basco, País Basco, Espanha)

► Os alunos minorizados têm de ‘competir’ pelo lugar de aluno ideal, apesar de à partida não ser dada à maioria deles a oportunidade de terem um desempenho em pé de igualdade com os outros estudantes devido ao seu estatuto de minoria.

► Estes tipos de **práticas classificativas têm impacto na educação**: informam as avaliações académicas e as oportunidades futuras dos estudantes, bem como decisões políticas que envolvem financiamento (incluindo turmas para alunos com necessidades especiais e apoio à aprendizagem da língua oficial de ensino), procedimentos disciplinares e a relação escola-pais.

A legitimação das atuais estruturas, arranjos institucionais e práticas escolares

► **As perceções negativas sobre as populações minorizadas** não são apenas uma questão de preconceitos e de estereótipos tendenciosos. Ao articular uma distinção entre ‘nós’ e ‘eles’ - e conferindo legitimidade a ‘nós, europeus’- essas visões **ajudam a sustentar as relações de poder existentes e a validar as estruturas, arranjos institucionais e práticas escolares existentes.**

► A investigação do **TOLERACE**, que abordou questões como o currículo escolar, o ensino bilingue e os arranjos institucionais das escolas para a diversidade cultural e religiosa, mostra como **as reivindicações das populações minorizadas são construídas como problemáticas enquanto, simultaneamente, se torna invisível o estatuto privilegiado da chamada população ‘maioritária’.**

Do meu ponto de vista, uma coisa é incluí-la [a interculturalidade], considerá-la, mas outra coisa muito diferente é virar tudo do avesso, entre outras razões porque os professores não estão preparados, nem têm tempo... Caso contrário, iria tornar-se outra coisa qualquer, e o conteúdo do currículo em Espanha é o conteúdo curricular em Espanha... e tudo isso quase não deixa espaço para coisas autóctones... [Quanto à diversidade cultural,] e como já está tudo globalizado, celebramos o Dia das Bruxas... e, se se olhar com atenção, agora todas as crianças pedem brinquedos ao Pai Natal, enquanto aqui era costume pedir aos Reis Magos ... e, sabe, chega um momento em que se pensa: Eu tenho um grande respeito pela cultura dos outros, mas estou a perder a minha própria cultura... o que precisamos é de encontrar um equilíbrio, as coisas precisam de estar lá, precisamos de as conhecer, de trabalhar nelas, mas sem abuso e sem perder de vista o que temos que fazer, com o que nos é próprio e com o que é dos outros, e isso é difícil (professor, Andaluzia, Espanha)

As limitações da educação multicultural e intercultural

► As autoridades nacionais e regionais têm considerado frequentemente como soluções a **educação multicultural e intercultural** - a primeira colocando a tónica na pluralidade e a última no diálogo. Embora tenham sido feitas distinções entre estas abordagens, na investigação do **TOLERACE** fica patente que **ambas são ambíguas, enfatizam excessivamente a cultura e assumem implicitamente que o racismo irá desaparecer assim que o 'outro' for conhecido.**

Quando iniciámos nas escolas os nossos laboratórios para as crianças ciganas, tentámos envolver também os alunos italianos. Portanto, aprendendo a conhecer o outro, tentámos desconstruir preconceitos [...]. O cerne destas atividades e o seu objetivo era, e é, entreter as crianças (membro de associação de direitos humanos, Itália)

► Alguns entrevistados sugeriram que **estas abordagens dissimulam a assimilação enquanto objetivo político**, dado que na verdade não fazem uso das diferentes culturas e conhecimentos para o benefício de todos:

Em termos gerais, acho que temos aqui um problema, pois o que pretendemos fazer é integrar, assimilar a pessoa que vem de fora, em vez de criar espaços físicos onde todos se possam sentir reconhecidos. [...] E penso que não conseguimos mais com estes alunos devido ao ponto de partida que tomamos - como se eles fossem pessoas sem cultura, sem língua, sem uma maneira de fazer as coisas, sem uma vida anterior -, a partir do qual se tem de começar a construir algo novo e diferente (representante do Conselho Escolar Basco, País Basco, Espanha)

► No âmbito da ambiguidade política sobre os sentidos da educação inter e multi-cultural, o facto de que esta não é incorporada nas práticas escolares quotidianas ou nos cânones do conhecimento é evidente na **persistência de currículos eurocêtricos**. Isto tornou-se bastante óbvio na investigação realizada no Reino Unido.

Alguns de nós na escola estávamos recentemente a falar sobre o currículo e comentámos: 'não é realmente estranho que, quando pensamos sobre ciência e história, tudo o que aprendemos é sobre os contributos europeus?...' Mas há sempre outras coisas que aconteceram noutros países e de que nem sempre estamos cientes porque não nos foi ensinado na escola (académico especializado em educação, Reino Unido)

► Uma ilustração dos desafios atuais ao eurocentrismo encontra-se nos debates em França que foram objeto de estudo no âmbito do projeto **TOLERACE**, sobre **o ensino do colonialismo** - incluindo a escravatura -, e que trazem estas questões para o centro das **discussões sobre o racismo e o antirracismo na educação**.

Afirmar que se devem tolerar as diferenças não é eficaz pedagogicamente, porque estas crianças são elas próprias vítimas das diferenças. Da mesma forma, é perigoso atribuir uma ancestralidade escrava a estes alunos (misturando, ao fazê-lo, as populações das Antilhas e da Ilha da Reunião com os africanos, sendo que estes últimos legalmente são 'estrangeiros'), uma história de que eles devem estar orgulhosos... Em resumo, a confusão é muita. [...] No entanto, a história da escravatura continua a ser uma ferramenta pedagógica eficaz para lutar contra o racismo (professor, França)



(Anti)racismo e liberdade de expressão - Protestos em Hong Kong (17 de fevereiro de 2006) contra a publicação das caricaturas de Maomé no jornal dinamarquês *Jyllands-Posten*.

© Sam Graham

V

Monitorização da imprensa: principais resultados

Os agentes dos média, particularmente aqueles que trabalham na imprensa, desempenham um papel central como produtores de sentido e de representações coletivas dentro de um quadro cultural comum. Uma das vertentes da investigação do **TOLERACE** incidiu sobre o **papel da imprensa (nacional, regional e local) no enquadramento e construção de questões públicas** relacionadas com as populações etnicamente marcadas e em **tornar o racismo (in)visível**.

A metodologia utilizada envolveu uma monitorização qualitativa dos jornais (impressos e online) em sete contextos europeus: Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Portugal e Reino Unido. A análise concentrou-se num **período de monitorização comum - outubro a dezembro de 2011**; nalguns casos, levou-se também a cabo uma monitorização diacrónica de questões específicas ao longo dos últimos dez anos. A base de dados das notícias recolhidas está disponível online na página do projeto.

Os resultados indicam que a imprensa está a contribuir para a criação de representações dominantes. Isto é particularmente evidente nas principais abordagens ao multiculturalismo, à interculturalidade, à cidadania e à nação, refletindo a dificuldade persistente nas sociedades europeias de lidar com o desafio do racismo.

O silenciamento do racismo

► Nas notícias analisadas no âmbito do **TOLERACE** identificou-se **uma sensibilidade cultural dominante que revela uma convicção de que as formas graves de racismo já não marcam presença nas sociedades europeias desenvolvidas. Assim, nas notícias sobre incidentes específicos, verifica-se muitas vezes uma tendência de negar ou banalizar o racismo.**

► Apenas algumas notícias sugerem que o racismo estrutural deve ser considerado um problema grave. O **silenciamento do racismo ou da discriminação contra os imigrantes e as minorias** é muitas vezes acompanhado por uma linguagem mais *suave*, como ‘ausência de igualdade’ e ‘integração insuficiente’.

► **Em termos gerais, a banalização do racismo nas notícias tem tendência a deslocar o foco das questões da discriminação para as que envolvem a cultura e o desenvolvimento** entre os imigrantes e as minorias, que são apresentadas como responsáveis por conflitos e desigualdades sociais. Ao partilhar esta abordagem, as opiniões dos jornalistas e dos especialistas estão de facto a contribuir para reproduzir o racismo ao não reconhecer a existência de um problema.

Estudos de caso

A representação dos muçulmanos como ameaça para as democracias europeias

► As representações atuais dos muçulmanos tendem a promover **receios morais**. Isto é visível nos discursos sociais e políticos mais amplos que envolvem os muçulmanos, que são representados como fundamentalmente problemáticos nas sociedades ocidentais democráticas. Por exemplo, no caso de **Espanha**, muitas notícias focaram-se na **construção de mesquitas** como uma ameaça visível para a democracia.

A notícia ‘SOS em Los Bermejales’, publicada no jornal *ABC de Sevilla*, Espanha (15/05/2007), faz referência à ligação entre o fundamentalismo islâmico e uma mesquita planeada para Los Bermejales, Sevilha. A discussão está enquadrada por referências contínuas à ‘invasão’ muçulmana e à ‘reconquista’ católica, abordando a construção da mesquita como uma ameaça e o prelúdio de uma chegada em massa de ‘infiéis’.

► Jornais da **Alemanha, Dinamarca e Espanha** deram destaque a um grande número de reportagens sobre a relação entre **muçulmanos e fundamentalismo**. Histórias que fomentam a hostilidade dominaram com frequência a cobertura da imprensa sobre os muçulmanos e o Islão, e as análises efetuadas mostraram que a maioria das notícias se restringiu a determinados tipos de temas, tais como o **extremismo**, o terror e a *sharia*. A alegada falta de democracia e de liberdade de expressão e a ausência de direitos das mulheres também foi enquadrada como sendo endógena ao Islão.

A notícia 'Schröder anuncia linha para as vítimas de casamentos forçados', publicada no jornal *Süddeutsche*, Alemanha (9/01/2011), assume a ligação das vítimas ao Islão e sublinha a sua origem turca. O texto tende a afirmar que os muçulmanos educados também são casos problemáticos: são incapazes de acomodar qualquer noção de direitos humanos e de igualdade de género de acordo com o que é descrito na lei e na cultura alemã.

► Outros temas - como o quotidiano da grande maioria dos muçulmanos, o valor da diversidade étnica, religiosa e cultural, a islamofobia e a discriminação contra os muçulmanos tiveram menos destaque nos jornais. Assim, **enquanto temas e histórias que fomentavam o pânico moral foram considerados merecedores de ser notícia, o mesmo não se passou com os que se relacionavam com a vida quotidiana dos muçulmanos e das suas lutas contra a discriminação**.

► Na **Alemanha e no Reino Unido**, na análise do **TOLERACE** encontrou-se um número significativo de notícias que incidiu sobre questões relacionadas com o género, tais como os direitos das mulheres e os 'casamentos forçados'. **Os homens muçulmanos, muitas vezes retratados como agressores violentos e bárbaros**, com base no pressuposto da sua mentalidade patriarcal fundamentalista, são considerados responsáveis por comportamentos violentos extremos (como a humilhação, agressão e morte de mulheres).

► **As mulheres muçulmanas são representadas como vítimas impotentes e sem voz**, com uma necessidade urgente de capacitação e emancipação. O seu destino dramático é reduzido às supostas 'tradições retrógradas' da cultura e da religião dos seus pais.

► No **Reino Unido**, para além das notícias internacionais, a imprensa concentrou-se fortemente nos temas da **guerra contra o terrorismo e do fundamentalismo**. A investigação revelou a divisão evidente entre as linhas editoriais dos jornais tabloides, baseadas na especulação, no sensacionalismo, na islamofobia, nos comentários acusatórios e inflamados (por exemplo, reforçando a ideia dos muçulmanos como ameaça à identidade nacional e às liberdades britânicas), e as dos jornais de referência, que tentaram apresentar uma descrição mais equilibrada e imparcial dos acontecimentos, oferecendo **uma diversidade de perspetivas**, incluindo as das populações muçulmanas e dos seus representantes.

A notícia 'Ataque de 200 talibãs ao Reino Unido no Natal', publicado em *The Sun*, Reino Unido (25/10/2011), relata que os talibãs estão a planear uma carnificina no Natal em cidades britânicas e estão prontos para atacar. A notícia sugere que os autores têm um ar 'liberal', não sendo homens barbudos nem mulheres de véu, e que alegadamente também querem vingar-se de Obama pela morte de Osama bin Laden.

Os roma/ciganos enquanto vítimas de (auto)exclusão

► No âmbito da investigação do **TOLERACE**, na imprensa, verificou-se que os **ciganos/roma são apresentados como problema ou como vítimas**. A sua caracterização como problema segue um padrão na relação entre ciganos e não ciganos que já vem de longe, enquanto a sua representação como vítimas é relativamente recente.

► Alusões às suas **condições de vida precárias**, às oportunidades de trabalho instáveis ou inexistentes, ao absentismo e às taxas de abandono escolar, à criminalidade e às condições precárias de habitação foram temas recorrentes na maioria dos jornais. O principal problema social abordado pela imprensa foi **o processo de guetização**, ou seja, as comunidades ciganas/roma concentradas em bairros e escolas específicos.

► A investigação revelou **um discurso ambivalente nas notícias sobre os processos de exclusão e de discriminação contra os ciganos**, especialmente na educação e na habitação. Por um lado, a discriminação é denunciada, dando voz aos representantes das associações de roma/ciganos e apontando as responsabilidades do Estado. Por outro lado, a representação dos roma/ciganos como culturalmente inaptos e *relutantes* à integração é constantemente enfatizada, considerando desta forma que este grupo é responsável pela sua própria exclusão.

- A maioria das notícias analisadas nos jornais publicados no **País Basco (Espanha) e em Portugal** reflete esta ambivalência discursiva.

Entrevista com Itziar Zudaire, membro da Fundação Secretariado Cigano, com o título 'Há que evitar a tentação de pensar que um sistema educativo alternativo pode ajudar os ciganos a melhorar', publicado em *Deia*, País Basco, Espanha (21/03/2011). A entrevistada apoia a educação dos ciganos no sistema de ensino regular, sem segregação. Também se refere às mulheres como força impulsionadora da mudança e da promoção de relações mais estreitas entre os funcionários da escola e as famílias, fatores-chave para assegurar a educação pré-escolar e a conclusão da escolaridade obrigatória para todos os alunos ciganos. Apesar de esta representante dos ciganos indicar estratégias políticas, a entrevistadora enquadra a discussão em termos da relutância dos ciganos à 'integração'. Isto é evidente em questões como: 'Existe uma vontade clara deste coletivo de verdadeira convivência?', o que já implica uma certa suspeita sobre a resistência dos ciganos à coexistência com o resto da sociedade. Isto é novamente enfatizado quando a jornalista pede à entrevistada para dar 'Alguns exemplo de integração', assumindo como excepcionais os casos em que os ciganos coabitam com comunidades não ciganas sem qualquer conflito.

A notícia 'Porque é que os ciganos ficam à porta?', publicada no *Diário de Notícias*, Portugal (27/11/2010), começa por abordar a queixa coletiva contra Portugal apresentada pelo Centro Europeu para os Direitos dos Ciganos sobre os seus direitos de habitação. No entanto, está ausente uma análise do conteúdo específico desta denúncia e das políticas públicas, assim como das respostas institucionais específicas. Em vez disso, centra-se na forma de vida e nas tradições dos ciganos, dando a oportunidade a alguns dos seus representantes de apresentar provas contra vários dos estereótipos mais comuns, como a ideia de que não querem que os filhos frequentem a escola. Embora o relatório denuncie as más condições de vida dos ciganos, enfatiza-se a ideia de que a sua vida familiar é muito fechada e autossuficiente, assim como a sua suspeita em relação à população não cigana. Quanto ao emprego, a descrição da situação sublinha a importância dos subsídios e da venda ambulante. A reportagem também defende que a maioria dos alunos ciganos não estão interessados na educação formal - que é vista como inútil para o trabalho futuro na venda ambulante - embora se faça referência a algumas 'exceções'.

RASSISMUS
BRAUCHT SCHWEIGEN
BREAK THE SILENCE

VI

Recomendações

O **TOLERACE** concebe o seu compromisso com a produção de investigação relevante politicamente, tendo por base proporcionar a **clarificação dos contextos em que se ancoram algumas opções políticas e os enquadramentos das políticas públicas dominantes associados ao antirracismo, à antidiscriminação e à igualdade étnico-racial.**

Assim sendo, o projeto identificou quatro aspetos-chave que necessitam de clarificação: **i)** o entendimento dominante do racismo que tem informado as políticas públicas e o trabalho das agências de monitorização; **ii)** a relação entre o enquadramento dominante das políticas de integração ou inclusão e a reprodução do racismo; **iii)** a crescente relevância, no âmbito da implementação de políticas públicas, das representações das populações minorizadas como ‘problemáticas’ e ‘relutantes à integração’; **iv)** as ligações entre essas imagens negativas e a reconfiguração de ideias e práticas de exclusão da pertença política europeia e nacional.

Em termos gerais, a investigação indica que é imperativo que as políticas públicas abordem a institucionalização do racismo na Europa, indo para além da compreensão do fenómeno como correspondendo apenas a ideologias políticas extremistas ou a atitudes intolerantes.

TOLERACE **Oficinas participativas**

Na sequência do trabalho de investigação, no âmbito do **TOLERACE** organizaram-se **17 oficinas participativas** nos diferentes contextos nacionais e regionais para discutir os resultados académicos e propor recomendações para as políticas públicas. As oficinas participativas realizadas contaram com um total de **166 participantes**, incluindo responsáveis pela elaboração das políticas públicas, representantes das autoridades regionais e locais, membros de associações locais, ativistas políticos, académicos, professores, representantes sindicais e jornalistas. As secções seguintes apresentam as principais recomendações formuladas a partir dos resultados da investigação do projeto **TOLERACE**, assim como do diálogo conjunto com os participantes das oficinas.

Organismos de promoção e monitorização da igualdade e enquadramento legal

NÍVEL EUROPEU

No projeto **TOLERACE** considera-se que é imperativo monitorizar eficazmente a implementação nos diferentes Estados-Membros das diretivas da UE contra a discriminação. Além disso, as estratégias políticas devem combater o racismo institucionalizado, indo para além de uma abordagem baseada na 'consciencialização' dos direitos por parte das populações minorizadas, no sentido de uma aposta política manifesta no estatuto dos organismos para a promoção da igualdade e a proteção dos direitos, permitindo assim uma monitorização mais sistemática e mais profunda do racismo institucional.

- ▶ Aplicar a legislação existente e as convenções e tratados ratificados que protegem os direitos das populações minorizadas (por exemplo, a *Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais*), e desenvolver mecanismos de responsabilização para garantir o seu cumprimento pelos Estados-Membros;
- ▶ Promover regularmente um amplo debate a nível nacional sobre os dados relativos aos padrões de discriminação e segregação recolhidos pelos organismos europeus de monitorização, com a participação de vários representantes de organizações antirracistas, movimentos de base, académicos e autoridades públicas;
- ▶ Assegurar que as políticas públicas antirracistas atentam aos padrões de discriminação, para além de considerarem os contornos específicos de racismo que se verificam atualmente na Europa - por exemplo, a islamofobia e ciganofobia (ex: as semelhanças entre os discursos sobre a 'mulher muçulmana' e a 'mulher roma/cigana' revelam um padrão histórico de construção da inferioridade das mulheres não brancas).

NÍVEL NACIONAL

Os resultados do **TOLERACE** indicam que é imperativo garantir a independência dos organismos especializados encarregados de monitorizar e combater o racismo e a discriminação racial. A independência política em relação às autoridades do Estado é fundamental para a recolha e disponibilização de dados fiáveis e sistemáticos, assim como para apoiar eficazmente as vítimas.

- ▶ Monitorizar de forma independente a implementação nacional das diretivas europeias sobre o racismo e formas de discriminação relacionadas;
- ▶ Garantir o funcionamento independente, e com um estatuto de alto nível, dos organismos para a promoção da igualdade, assim como a transparência dos processos e os resultados das denúncias;
- ▶ Analisar de forma independente o impacto das medidas e iniciativas políticas nacionais de combate à discriminação;
- ▶ Avaliar os efeitos das políticas públicas para a igualdade religiosa e étnico-racial em áreas fundamentais como a educação (incluindo o ensino superior), emprego, saúde e habitação, através da monitorização regular ao nível estatal e sectorial;
- ▶ Promover a participação efetiva dos diversos representantes das organizações antirracistas, dos movimentos de base, dos académicos e das autoridades públicas nacionais/locais na elaboração de documentos e estratégias fundamentais, além dos processos de consulta já em curso.

Emprego: (re)centrar o antirracismo na conceção das políticas e incentivar a diversidade no local de trabalho

O projeto **TOLERACE** recomenda a avaliação abrangente das estratégias políticas dominantes, particularmente daquelas que incidem na 'ativação de competências sociais' e na 'empregabilidade'. Estas têm tendência a reproduzir uma abordagem centrada no indivíduo que considera as populações minorizadas como problemáticas, naturalizando a exclusão e marginalizando a discriminação do mercado de trabalho. Os resultados da investigação também indicam a necessidade de incentivar a diversidade e a antidiscriminação como valores sociais no local de trabalho, tanto no setor público como no privado.

- ▶ Promover mecanismos que combatam o racismo na seleção de candidatos, no desenvolvimento profissional e na promoção na carreira;
- ▶ Combater práticas racistas rotineiras no local de trabalho que impedem que a legislação em vigor e as recomendações das políticas sejam plenamente implementadas, tanto no setor público como no privado;
- ▶ Criar protocolos para a inspeção pública e melhorar os existentes, a fim de impedir a discriminação e salvaguardar os direitos dos trabalhadores;
- ▶ Elaborar campanhas antirracistas que abordem questões relacionadas com a persistência da discriminação estrutural, indo além de uma estratégia que apenas vise 'sensibilizar' a 'maioria da população' para o problema;
- ▶ Aumentar o volume e a qualidade da formação crítica sobre racismo institucional e antirracismo, mobilizando os setores públicos e os agentes intermédios, como os sindicatos e as associações profissionais;
- ▶ Criar incentivos para programas antirracistas no setor privado através de medidas de responsabilidade social empresarial;
- ▶ Desenvolver e implementar um sistema de monitorização da discriminação, em colaboração com os sindicatos e outras organizações;
- ▶ Melhorar e acelerar o processo de validação de habilitações académicas (títulos, diplomas e certificados) e da experiência profissional anterior, e promover programas de requalificação no âmbito de uma estratégia antidiscriminação;
- ▶ Promover um debate informado sobre as políticas de ação afirmativa, tendo em conta as experiências neste campo noutros contextos e noutros padrões de discriminação, como o género.

Educação: compromisso para o antirracismo e para a mudança dos cânones do conhecimento nas escolas

O projeto **TOLERACE** recomenda o desenvolvimento de uma estratégia antirracista multinível mais alargada (aos níveis nacional, regional e local) que monitorize e combata as desigualdades no ensino obrigatório, profissional e superior. Os resultados da investigação apontam para a necessidade urgente de desenvolver medidas sistémicas e sistemáticas de combate ao racismo nos sistemas de ensino que vão para além dos discursos e iniciativas culturalistas (como a música ou os festivais de gastronomia), que resultam meramente na exotização das minorias.

- ▶ Incluir de forma eficaz ideias positivas sobre a diversidade cultural e religiosa na Europa, assim como sobre as lutas anticoloniais e antirracistas, nas atividades escolares regulares, promovendo o debate informado entre alunos e professores sobre a história das populações minorizadas e os seus contributos históricos para as sociedades e identidades europeias;
- ▶ Generalizar os debates e as iniciativas neste campo, numa abordagem que encare a diversidade, o multiculturalismo e a interculturalidade como estando relacionados com mudanças no imaginário social e político, em vez de questões que apenas dizem respeito às populações minorizadas;
- ▶ Promover mudanças significativas nos cânones de conhecimento existentes nas escolas - desafiando o eurocentrismo, a falta de representação e a representação preconceituosa das populações minorizadas nos currículos e livros didáticos de diferentes disciplinas - construindo estratégias para a consulta participativa e a monitorização da mudança a longo prazo;
- ▶ Fomentar uma abordagem antirracista à educação que informe as estruturas escolares e as práticas pedagógicas quotidianas e criar na escola mecanismos para identificar e combater situações de discriminação étnico-racial e religiosa;
- ▶ Desenvolver uma abordagem sistémica para os casos de seleção e segregação escolar que os considere no âmbito de padrões mais amplos de segregação espacial e socioeconómica - e que estão a aumentar na vigência das disposições atuais que promovem a livre escolha da escola pelos pais;
- ▶ Generalizar a discussão e a compreensão do (anti)racismo através da organização de debates a nível nacional e local, dando prioridade às perspetivas críticas dos movimentos de base e dos ativistas políticos que dialogam com a natureza sensível do racismo no contexto político contemporâneo em vez de a evitar;
- ▶ Construir um debate sustentável fora das comunidades escolares que se alargue para além das questões pragmáticas do ensino e da aprendizagem quotidiana e envolva representantes de órgãos institucionais, organizações do terceiro setor e movimentos de base.

Os média: acompanhamento sistemático e consistente do racismo na imprensa

- ▶ Construir uma visão positiva da diversidade, tendo por base uma força de trabalho diversificada a todos os níveis (e não apenas em posições visíveis, como repórteres e apresentadores);
- ▶ Promover inquéritos regulares sobre o racismo nos média, disponibilizando os resultados publicamente e incentivando processos de responsabilização;
- ▶ Incluir o antirracismo como questão fundamental nos códigos de ética para a imprensa e penalizar e deslegitimar o discurso do ódio com base na legislação e nas recomendações em vigor, promovendo práticas responsáveis (por exemplo, na rádio e televisão públicas);
- ▶ Incentivar a formação antirracista dos jornalistas e o seu interesse em aprender outras línguas e culturas;
- ▶ Promover uma maior perceção analítica em reportagens e incluir os pontos de vista de representantes independentes de movimentos de base, antirracistas e de direitos humanos. Em casos de racismo com maior notoriedade, incentivar o papel dos média de investigar e denunciar situações semelhantes, assim como de informar o público sobre os mecanismos e a legislação existente para as combater;
- ▶ Estabelecer um serviço de monitorização específico para a blogosfera e as redes sociais, assim como para as secções de comentários dos jornais online, melhorando os mecanismos de denúncia usados pelo público.

Melhores horizontes?

A investigação do **TOLERACE** dialogou com os responsáveis pela elaboração de políticas públicas, académicos, ativistas políticos e outras partes interessadas a nível local, regional e nacional. Tal permitiu identificar os padrões duradouros de inadequado enquadramento dos problemas que subsistem nas políticas públicas e no debate académico. Os resultados, ao identificar as abordagens e as principais áreas em que um debate sólido sobre o antirracismo pode ser construído, ajudaram a cartografar as dificuldades existentes na discussão do racismo nos contextos contemporâneos europeus e a propor caminhos a seguir. Em particular, os movimentos contemporâneos para a memorialização da escravatura e das lutas anticoloniais estão a ajudar a reformular os contextos e os legados históricos no atual enquadramento problemático de discussão e de desafio ao racismo no funcionamento diário das instituições liberal-democráticas.

O **TOLERACE** pretende continuar o diálogo com os responsáveis pela elaboração das políticas e com os decisores, com os representantes das autoridades regionais e locais, com os ativistas políticos, com os membros de movimentos de base e associações locais, académicos, professores, representantes sindicais e jornalistas.



Anexo Metodológico

As equipas de investigação do **TOLERACE** levaram a cabo uma análise contextualizada e historicamente informada dos principais discursos sobre os entendimentos do racismo e do antirracismo nas atuais políticas de 'integração'. A maioria do trabalho empírico, incluindo as oficinas participativas, foi levado a cabo entre **outubro de 2010** e **setembro de 2012** e incluiu uma avaliação analítica de:

- organismos públicos e organizações sociais e as suas principais iniciativas políticas;
- documentos oficiais e discursos políticos;
- experiências e representações de atores sociais relevantes no campo da implementação de políticas a nível nacional, regional e local;
- notícias na imprensa a nível nacional e regional.

Todas as equipas estudaram *casos paradigmáticos* que permitiram a identificação das características mais gerais das questões em estudo, destacando desse modo as características comuns e específicas dos contextos nacionais/regionais.

A análise dos dados empíricos foi realizada em diálogo estreito com a abordagem teórica do **TOLERACE** ao racismo. Em particular, essa análise teve por base teorias críticas da 'raça' e a análise crítica do discurso que pressupõem o envolvimento com as histórias e os contextos em que as relações, os discursos e as representações do poder são formadas. O projeto **TOLERACE** seguiu também uma versão aproximada da Grounded Theory em que os conceitos e as teorias surgem constantemente da análise de dados e influenciam a recolha de dados subsequente. Os dados empíricos foram recolhidos através de técnicas qualitativas: entrevistas aprofundadas, grupos de discussão e oficinas participativas. No projeto **TOLERACE** considera-se que a investigação sobre o racismo é politicamente sensível e por isso foi mantido o anonimato dos participantes.

Organismos públicos e documentos políticos relevantes analisados

País	Organismo público	Documentos relevantes
Alemanha	Comissário do Governo Federal para a Migração, Refugiados e Integração Agência Federal Antidiscriminação (ADS)	Plano Nacional de Integração (2007) Lei Geral de Tratamento Igual (2006)
Dinamarca	Ministério para os Refugiados, Imigrantes e Integração Instituto Dinamarquês para os Direitos Humanos	Participação, Emprego e Igualdade de Oportunidades para Todos (2005) Lei Consolidada sobre Estrangeiros (2009) Plano de Ação para a Igualdade Étnica e para o Respeito por cada Indivíduo (2010)
Espanha (Andaluzia)	Governo da Andaluzia	I Plano Abrangente para a Imigração na Andaluzia (2001-2004) II Plano Abrangente para a Imigração na Andaluzia (2005-2009)
Espanha (País Basco)	Departamento de Habitação e Assuntos Sociais do País Basco	I Plano de Imigração Basco (2003-2005) II Plano de Imigração Basco (2007-2009)
França	Alta Autoridade para o Combate contra a Discriminação e pela Igualdade (HALDE)	Relatório Anual da HALDE (2009)
Itália	Gabinete Nacional Contra a Discriminação Racial (UNAR)	Um Ano de Atividades contra a Discriminação Racial (2005) Instrumento contra a Discriminação Racial (2005)
Portugal	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) (ex-Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas - ACIME) Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)	I Plano para a Integração dos Imigrantes (2007) II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010) Programa Escolhas (4.ª Geração 4, 2010-2012)
Reino Unido	Comissão para a Igualdade e Direitos Humanos (ex-Comissão para a Igualdade Racial, Comissão para a Igualdade de Oportunidades e Comissão para os Direitos dos Deficientes) (EHRC)	Plano Estratégico da Comissão de Igualdade e Direitos Humanos (2009-2012)

Monitorização da imprensa

País/ Região	Órgãos de comunicação social	
Alemanha	Frankfurter Rundschau / Frankfurter Allgemeine Zeitung Süddeutsche Zeitung / Die Welt	Jornais diários nacionais
Dinamarca	Jyllands-Posten / Politiken Ekstra Bladet / Kristeligt Dagblad	Jornais diários nacionais
Espanha (Andaluzia)	El Mundo / El País / ABC / El Público Diario de Sevilla / Ideal / La Voz de Almería	Jornal diário nacional Jornais diários regionais
Espanha (País Basco)	El País / Deia El Correo / El Diario Vasco / Gara	Jornais diários nacionais Jornais diários regionais
França	Le Monde / Libération / Le Figaro Marianne / Le Point / L'Express Arte / France 2 Médiapart Causeur / France Culture	Jornais diários nacionais Revistas semanais nacionais Noticiários diários da TV Jornal online Blogue coletivo / Noticiário diário de rádio nacional
Itália	La Repubblica / La Stampa / Il Tempo Il Messagero / Il Sole 24 Ore Nuovo Paese Sera	Jornais diários nacionais Jornal diário económico nacional Revista mensal nacional
Portugal	Público / Diário de Notícias Diário de Coimbra Correio da Manhã Expresso	Jornais diários nacionais Jornal diário regional Tabloide diário nacional Semanário nacional
Reino Unido	The Guardian / The Independent Daily Mail / The Sun	Jornais diários nacionais Tabloides diários nacionais

Trabalho de campo realizado

País	Entrevistas	Grupos de discussão & oficinas participativas	TOTAL DE PARTICIPANTES
Alemanha	40 entrevistas	1 oficina	59 participantes
Dinamarca	34 entrevistas	6 grupos de discussão 2 oficinas	77 participantes
Espanha (Andaluzia)	109 entrevistas	4 oficinas	147 participantes
Espanha (País Basco)	28 entrevistas	2 grupos de discussão 3 oficinas	75 participantes
França	15 entrevistas	1 oficina	29 participantes
Itália	22 entrevistas	1 oficina	31 participantes
Portugal	39 entrevistas	4 oficinas	62 participantes
Reino Unido	29 entrevistas	1 oficina	40 participantes
	316 entrevistas	8 grupos de discussão 17 oficinas	511 participantes



Compreender as lógicas do racismo na Europa contemporânea

TOLERACE • As semânticas da tolerância e do (anti)racismo na Europa: organismos públicos e sociedade civil em perspectiva comparada
Brochura com principais resultados e recomendações

COORDENAÇÃO

Silvia Rodríguez Maeso e Marta Araújo

DESIGN

Pedro Góis / goisdesign

TIPOGRAFIA

Myriad Pro e VAG Rounded

IMPRESSÃO

Gráfica Ediliber

© Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra • Versão em português • Julho 2013
Esta brochura só pode ser distribuída para fins não lucrativos. No caso de ser citada, deve ser feita referência ao nome completo das coordenadoras, ao título, ao projeto de investigação, ao ano e ao CES.

Mais informação em: www.ces.uc.pt/projectos/TOLERACE



www.ces.uc.pt/projectos/TOLERACE



Movimentos Negros • Im